



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO**

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 59004/000644/2019-29

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de água mineral natural ou potável de mesa acondicionada em garrações de 20L (vinte litros), nas dependências e instalações da SUDAM em Belém/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e as constantes deste termo prevalecerão as últimas.

2. DOS MATERIAIS A SEREM FORNECIDOS

2.1. O material encontra-se descrito no ANEXO 1 deste termo de referência.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deve ser realizada em razão da necessidade do abastecimento de água mineral acondicionada em garrações de 20L (vinte litros), utilizada para o consumo dos servidores e colaboradores da SUDAM em Belém/PA.

4. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária: Fonte: 100 ó Rec. Ordinários ou 0280 ó Recurso Próprio, Elemento de Despesa: 33.90.30 ó Material de Consumo, Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001 ó Administração da unidade ó 0000 ó Administração da unidade ó Nacional.

5. QUALIFICAÇÃO E LAUDOS

5.1. Para a análise da proposta:

5.1.1. As licitantes deverão cumprir as disposições constantes dos anexos I e II da RDC nº 173, de 13 de setembro de 2006 da ANVISA;

5.1.2. As licitantes deverão apresentar os documentos exigíveis por Lei e ainda os seguintes:

5.1.2.1. Resultado de análise completa dos produtos ofertados, obedecendo ao disposto no Artigo 27, Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 ó Código de Águas Minerais.

5.1.2.2. Resultado de exame bacteriológico comprovando a qualidade higiênica da fonte do último trimestre, obedecendo ao disposto no Artigo 27, Parágrafo Único, do Capítulo VI do Decreto-Lei N.º 7.841 de 08 de agosto de 1945 ó Código de Águas Minerais.

5.1.2.3. Portaria de Concessão de Lavra da fonte, expedida pelo Ministério de Minas e Energia.

5.2. Para o fornecimento do material:

Os laudos de análise química e bacteriológica deverão estar em dia e poderão ser solicitados a qualquer tempo, durante a execução do contrato, pela Administração.

O prazo de validade mínimo dos laudos será de 6 (seis) meses da data do fornecimento e a empresa contratada deverá arcar com os custos relativos aos exames laboratoriais a que se refere este item e subitens.

5.2.1. Os garrações deverão estar tampados e lacrados, sem vazamentos, contendo rótulo aprovado pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), com as seguintes informações: nome da fonte, natureza da água, localidade, data e número da concessão, nome do concessionário, constantes físico-químicas, composição analítica e classificação, segundo o DNPM, volume do conteúdo, carimbo com ano e mês do engarraamento. Somente serão aceitos os garrações cuja validade esteja vigente, dentro do limite de até 3 (três) anos, conforme Portaria DNPM nº 387, de 19 de setembro de 2008.

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

6.1. A água mineral de 20l será entregue em acondicionamento apropriado, no todo ou em parte, de acordo com a necessidade de consumo, conforme solicitação prévia encaminhada pelo Almoxarifado da SUDAM e deverá ser entregue no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após solicitação via telefônica ou via e-mail à empresa Contratada.

6.2. Somente admitir-se-á prorrogação de prazo de entrega quando verificada a ocorrência de pelo menos uma das hipóteses previstas no § 1º do Art. 57 da Lei 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação da contratada, aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

6.3. O produto adquirido deverá ser recebido pelo Serviço de Almoxarifado, no Edifício Sede da SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA ó SUDAM ó Trav. Antônio Baena, Nº 1113, Bloco E ó Belém-PA, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 16 horas.

6.4. Deverá ser verificada a equivalência do material entregue, com as especificações contidas neste Termo de Referência confrontada, também, com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora. Não será aceito material divergente quanto à marca ou especificação diversa da informada na proposta vencedora.

6.5. A Nota de Empenho poderá ser enviada por meio de e-mail com confirmação de recebimento, ou entregue pessoalmente por servidor qualificado do Órgão ou recebido por representante da empresa junto ao Órgão.

6.6. Fornecer o material cotado incluindo todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre os materiais, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

6.7. O produto deverá ter validade MÍNIMA de 06 (seis) meses a contar da data de seu recebimento.

6.8. Todas as entregas do material deverão ser acompanhadas de Notas de Entrega.

6.9. O produto será inspecionado no ato do recebimento e será devolvido sempre que o mesmo não conferir com as especificações referidas no empenho ou não estiverem de acordo com a especificidade do objeto.

6.10. O material será recebido PROVISORIAMENTE em até 02 (dois) dias úteis, contados da entrega dos materiais no Almoxarifado da SUDAM, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante do Termo de Referência.

6.11. O material será recebido DEFINITIVAMENTE em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante atesto definitivo na Nota Fiscal.

6.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou do termo de referência.

6.13. Caso o material seja rejeitado por estar em desacordo com as características estipuladas neste Termo, a contratada terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para substituí-lo até que satisfaça às exigências de aceitação, independentemente das sanções previstas neste termo.

6.14. O aceite/aprovação do material pela SUDAM não exclui a responsabilidade civil da contratada por vícios de quantidade, qualidade ou disparidades com as especificações aqui estabelecidas e verificadas posteriormente, garantindo-se a SUDAM as faculdades previstas nos arts. 12, 13, 17 a 27 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DOS DEVERES DA CONTRATADA:

7.1. Cumprir todas as obrigações advindas do termo de referência.

7.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da SUDAM.

7.3. Acatar as orientações do responsável pelo acompanhamento da contratação, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

7.4. Prestar esclarecimentos a SUDAM sobre eventuais atos ou fatos, bem como relatar toda e qualquer irregularidade que de qualquer forma possam interferir, direta ou indiretamente, na execução do objeto;

7.5. Responsabilizar-se por dano causado ao patrimônio da contratante, de seus servidores e de terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa no pertinente processo administrativo;

7.6. Não transferir a outrem a execução do objeto deste Termo de Referência, sem prévia e expressa anuência da SUDAM;

7.7. Cumprir as Normas Brasileiras ó NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

7.8. Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, art. 5º e seus Incisos de acordo com os seguintes critérios:

7.8.1. Que os materiais devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

7.8.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR ó 15448-1 e 15448-2;

7.8.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial ó INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

7.8.4 Que os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

7.8.5. Utilizar na higienização dos garraões produtos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

7.9. Obedecer aos parâmetros estabelecidos na Portaria de nº 470, de 24 de novembro de 1999 do Ministério das Minas e Energia;

7.10. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do material a serem entregues, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.11. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

7.12. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para o fornecimento do material;

7.13. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.14. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do fornecimento do material.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Permitir o livre acesso dos funcionários, uma vez que devidamente identificados, às instalações da SUDAM, quando se fizer necessário, independentemente de permissão prévia, desde que estejam credenciados exclusivamente para execução do objeto contratado;

8.2. Prestar as informações e os esclarecimentos sobre a contratação que venham a ser solicitados pela contratada;

8.3. Fiscalizar, por meio de servidor devidamente designado, a fiel observância das disposições do ajuste, registrando as ocorrências e as deficiências porventura existentes e encaminhando cópia imediatamente à contratada, para a pronta correção das irregularidades apontadas;

8.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, itens deste Termo e os termos da proposta apresentada;

8.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no contrato.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O documento de cobrança/nota fiscal deverá ser apresentado, em 02 (duas) vias, devidamente protocolado, constando o número do Contrato e Nota de Empenho;

9.2. O prazo para pagamento será em até 5 dias úteis, nos termos do §3º do art. 5º da lei 8666/93.

9.3. Além das informações usuais deverão constar da nota fiscal os dados bancários para pagamento (número da conta corrente, agência, nome do banco e se a empresa é optante pelo "SIMPLES"). Sendo optante pelo "SIMPLES" deve ser enviada uma cópia do termo de opção juntamente com a nota fiscal;

9.4. Todos os lançamentos da NOTA FISCAL devem ser iguais aos constantes do contrato;

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.7. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. Multa compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. O fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado por equipe de servidores da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, previamente designada pela Administração, para a qual deverá ser dirigida qualquer solicitação da Contratada.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização

das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1. O contrato será executado com vigência de 12 (doze) meses, a partir da publicação no Diário Oficial da União.

Nádia Cristo

Responsável pelo Almoxarifado

SPA / DGES

De acordo.

Raimundo Santos

Chefe de Divisão / DGES

Aprovo.

Keila Adriana Rodrigues de Jesus

Diretora de Administração



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO**

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 59004/000644/2019-29

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE (und.)	PREÇO MÉDIO POR UNIDADE REGISTRADO BANCO DE PREÇOS
1	245937	Água mineral, natural, hipotermal na fonte, potável, sem gás, acondicionada em garrafão retornável, capacidade de 20 litros, lacrado, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e Agência Nacional de Vigilância Sanitária.	3.500	R\$5,02